

A MUNDIALIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA AO CAPITAL: UMA TENDÊNCIA NOVA?

VICTOR MEYER*

Diante da necessidade de sustentar uma cooperação mais estreita por sobre as fronteiras nacionais entre os Comitês de Empresa e Sindicatos, os Comitês de Empresa da Volkswagen, Audi, VW-Bruxelas e SEAT constituíram em agosto de 1990 o Comitê Europeu do Grupo Volkswagen, fechando, neste mesmo dia, os Estatutos correspondentes. (Boletín Informativo dei Comitê Intercentros de Volkswagen AG. Wolfsburg, Alemanha, abril de 1993, p.18).

INTRODUÇÃO

O pequeno trecho em epígrafe, informando singelamente a fundação, em 1990, de um Comitê Europeu do Grupo Volkswagen, representativo do conjunto de Comitês de Empresa da Volks na Europa, indica a ocorrência de um fato rigorosamente novo.

Não se quer, com essa observação, ignorar que as múltiplas formas de articulação internacional de trabalhadores remontam, em suas origens, a momentos muito distantes na história do capitalismo. Os círculos democráticos que se disseminaram na Europa sob a influência direta da Revolução Francesa, a Federação dos Justos, a Liga dos Comunistas e, depois, a Associação Internacional dos Trabalhadores, são signos que nos trazem à lembrança o final do século XVIII, os primeiros tempos do século XIX e as vésperas do século XX.

Posteriormente, com a expansão do capitalismo e sua passagem para a era dos monopólios, com os primeiros grandes surtos de radicalização da luta entre as classes fundamentais da sociedade capitalista, desde o final do século XIX e, sobretudo, ao longo do presente século, tais formas de articulação evoluiriam dos estágios iniciais, muito limitados a círculos seletos de lideranças, para níveis de relacionamento prático mais amplos e abertos, a exemplo das intersindicais, dos movimentos de mulheres e da juventude, que acompanharam o apogeu da Segunda Internacional e os primeiros anos da Terceira Internacional.

Mais recentemente, durante o prolongado pós-guerra, nos emblemáticos anos 60 e 70, diferentes ciclos de ascensão internacional de movimentos de massas, envolvendo operários e não-operários, segmentos explorados e oprimidos pela sociedade burguesa, fizeram-se coincidentes no espaço mundial: os movimentos estudantis e operários de 1968, os protestos contra a Guerra do Vietnã e, já nos anos 80, as manifestações multinacionais

* Economista, Doutor em Administração Pública pela Universidade de Paris VIII. Foi Professor do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia da UEFES (Feira de Santana/BA) e Professor de Economia da UCSal (Salvador/BA). Falecido em 16 de abril de 2001, aos 52 anos. Mais informações em <http://www.centrovictormeyer.org.br> > Acervos > Arquivo Victor Meyer. (N.do Ed.)

contra o armamentismo nuclear e pela integridade ecológica.

Não obstante a riqueza dessa tradição, a sua longa duração, a diversidade e a abrangência desses movimentos internacionais nascidos em protesto contra uma ou outra prática da sociedade capitalista, deve-se atentar para a emergência, hoje, na era da mundialização do capital, de um nova forma de articulação internacional dos trabalhadores. Trata-se, ao que parece, de um processo embrionário, porém organicamente vinculado às transformações basilares que afetam o mundo nesse final de século.

Nesse trabalho pretende-se fazer, ainda que sumariamente, uma abordagem a esse fato novo.

ROMPENDO BARREIRAS DO ESTADO-NAÇÃO

Fixemos a lente da análise sobre a já mencionada fundação do Comitê Europeu do Grupo Volkswagen. Formalizado em 30 de agosto de 1990, a nova forma de organização representava os diversos Comitês de Empresa das várias unidades da multinacional Volkswagen na Europa. O Comitê Europeu teria a tarefa de reproduzir, ao nível de abrangência da atual União Europeia, as mesmas funções que os Comitês locais exerciam no âmbito de uma unidade local de produção. O Comitê Europeu nascia à imagem e semelhança desses tradicionais organismos de base.

Deveria, portanto, tratar de problemas tais como o acompanhamento do planejamento e das estratégias empresariais, a evolução das horas de trabalho, as condições de trabalho, a remuneração, a seguridade, a saúde dos trabalhadores e a proteção do meio ambiente. Registre-se que o reconhecimento de todas essas atribuições não seria de pronto assumido pela direção do Grupo Volkswagen. Somente em 7 de fevereiro de 1992 firmou-se o acordo entre o Comitê e a direção do Grupo, com essa última selando o compromisso formal de fornecer ao Comitê todas as informações relativas às prioridades de investimentos e níveis de produção pretendidos pela empresa.¹

Essa iniciativa dos trabalhadores alemães não constituía, contudo, um fato pioneiro. Precedentes já existiam, como nos informa a *Federación Internacional de Trabajadores de las Industrias Metalúrgicas (FITIM)*:

O contrato sobre o Comitê de Empresa Europeu para o Grupo Volkswagen não é o primeiro acordo mediante o qual se estabelecem organismos europeus para representantes de empregados em um grupo em uma companhia matriz. Tem havido modelos de tais organismos em companhias francesas já há vários anos².

Com efeito, pode-se aqui lembrar o exemplo do Comitê de Empresa Europeu formado no interior da multinacional francesa Générale des Eaux. O referido Comitê logrou quebrar as resistências da direção da empresa e obter uma carta de compromisso pela qual a Générale des Eaux se obriga a respeitar determinadas cláusulas sociais (relativas à formação profissional, higiene e segurança) em todas as suas filiais. O acordo obtido pelo Comitê de Empresa Europeu estende seus efeitos inclusive para as unidades situadas fora da Europa.³

Ainda com relação às multinacionais francesas, ressaltem-se as lutas travadas pela Renault e pela Peugeot. No caso da Renault, um conflito na fábrica de Vilvoorde, na Bélgica, fez irromper um movimento de solidariedade nas unidades da França e da Espanha, configurando uma luta de âmbito europeu. Na Peugeot, a decisão da empresa de fechar a fábrica holandesa, em função da abertura de uma unidade no Leste europeu, com salários significativamente mais baixos, fez eclodir uma greve europeia. A greve dos operários da Peugeot resultou em um êxito parcial, obrigando a empresa a rever grande parte das demissões previstas.

Da mesma natureza foram as expressivas manifestações denominadas Marchas Europeias contra o Desemprego, a Precariedade e a Exclusão. A primeira delas ocorreu no período abril-junho e a segunda em novembro de 1997; nos dois casos, trabalhadores marcharam de diferentes países da Europa — a primeira em direção a Amsterdã e a segunda em direção a Luxemburgo. Caracterizada como uma expressão da *globalização desde os debaixo*, as marchas reivindicavam redução da jornada de trabalho sem perda salarial nem

flexibilização, melhores salários e "por uma Europa democrática, aberta, solidária, ecológica, sem discriminação, sem racismo, sem machismo, sem fronteiras". O Manifesto do movimento afirma:

...Face a esta situação, vemos movimentos sociais se desenvolvendo em toda a Europa. Eles existem nos quadros dos estados nacionais, mas pela primeira vez assistimos à emergência de movimentos sociais realmente europeus. Este foi o caso da solidariedade que cercou o conflito da Renault Vilvorde. Também foi o caso, mais recentemente, das marchas europeias, que atravessaram o continente e concluíram com a manifestação de mais de 35 mil pessoas em Amsterdã, em junho.⁴

Acrescente-se que os precedentes desse gênero extrapolam o cenário europeu. Ainda que em diferentes níveis, alcançam outros continentes. Experiências similares envolveram o Brasil, a exemplo da articulação iniciada recentemente entre trabalhadores de base do Grupo Gerdau. O primeiro encontro formal aconteceu em Charqueadas, Rio Grande do Sul, nos dias 22 e 23 de abril deste ano. Lideranças sindicais de base da Gerdau, incluindo representantes das empresas brasileiras, chilenas e canadenses, reuniram-se para discutir as semelhanças nas condições de trabalho existentes nas diversas empresas do Grupo. Seis empresas estavam envolvidas: Usiba, Aços Finos Piratini, Gerdau de São José dos Campos, Aza chilena, M.R.M. canadense e Courtice canadense.

O encontro passou em revista as estratégias empresariais assumidas em cada uma das unidades produtivas, as condições salariais e o panorama atual das organizações sindicais em cada um dos locais representados. Entre as deliberações, o projeto de realizar e publicar estudo técnico sobre a situação do Grupo Gerdau, e a perspectiva traçada de manter a regularidade nos contatos entre as bases presentes naquele primeiro encontro. Além disso, decidiu-se pela organização de um banco de dados e pela publicação trimestral de notícias de interesse comum, para ampla divulgação entre os trabalhadores.

A súmula do evento publica uma avaliação de um dos presentes onde se lê que...

...Nosso encontro teve a audácia de tentar reunir 3 nacionalidades, 3 culturas diferenciadas, e tudo é muito novo para nós. Penso que cada um de nós deve aprender sobre o Estado, legislação de outros países, que temos um objetivo somente enquanto trabalhadores.[...] Seria importante que cada sindicato em seu país tivesse esse tipo de encontro em sua própria língua, antes do próximo encontro, para que no momento em que nos reuníssemos pudéssemos nos centrar mais nas discussões sobre o contrato de trabalho.[...] -

Outro episódio a ser registrado é o da mobilização na empresa Cutrale, fabricante de suco de laranja, envolvendo o Brasil e os Estados Unidos. A decisão da Cutrale em demitir antigos operários numa fábrica recém-comprada, localizada na Flórida, com a simultânea recusa em reconhecer o respectivo sindicato, provocou uma enérgica reação dos operários norte-americanos. Uma campanha pública, denunciando o emprego de trabalho infantil na rede brasileira controlada pela empresa, ao lado de uma articulação entre os sindicatos norte-americanos e brasileiros, levou a empresa a recuar e a reconhecer o sindicato.⁶

As nascentes formas supranacionais de organização entre trabalhadores, nas multinacionais, se desenvolvem em diversos níveis. No Brasil, em 10 de julho de 1996, na sede do Instituto Cajamar, em São Paulo, iniciava-se o Seminário Brasil, Alemanha e Estados Unidos, sobre a formação sindical em Trabalho em Grupo, Restruturação Produtiva e Gerenciamento de Qualidade. No ano anterior, nos dias 18, 19 e 20 de outubro de 1995, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o Seminário Brasil-Alemanha reunia representantes sindicais de base da Mercedes Benz da Alemanha e do Brasil. Voltando aos dias atuais, registre-se o recente Seminário de Qualificação Profissional e Direito à Educação, realizado em Estância de São Pedro, estado de São Paulo, nos primeiros dias de junho do ano em curso, com a participação de delegações sindicais de 30 países.

Ainda com relação à participação brasileira nesse tipo de articulação, cabe acrescentar as sucessivas viagens de intercâmbio de trabalhadores de base brasileiros de empresas multinacionais às suas respectivas matrizes.

Outros eventos da mesma espécie poderiam ser ainda lembrados, mas os exemplos até aqui

referidos já sugerem a existência de uma sustentação fatural para uma primeira conclusão: as recorrentes e originais experiências em curso, no sentido da articulação entre trabalhadores de base em empresas multinacionais, envolvendo unidades de diferentes nacionalidades em torno de objetivos práticos imediatos, já não poderiam ser consideradas acontecimentos isolados. Ao contrário, representam uma tendência em desenvolvimento na atualidade.

Esse tipo de articulação de trabalhadores contém um elemento diferenciador relativamente aos tradicionais contatos internacionais de solidariedade, cuja base de referência eram lutas de cunho nacional, em torno das quais se buscava construir elos de solidariedade. Nos casos em análise, já não são as diferentes lideranças de lutas nacionais que atravessam fronteiras para declarar seus sentimentos de fraternidade e seu futuro comum: aqui se trata de algo diverso. É a própria dinâmica da luta, em sua base concreta, que atravessa as fronteiras nacionais e busca (embrionariamente) acontecer enquanto luta comum.

Como se os chãos das fábricas estivessem avançando através de fronteiras, ainda que os respectivos trabalhadores compareçam, ao cenário comum da luta, falando diferentes idiomas. Nesse contexto nascente, já não são apenas as lideranças que se confraternizam, em nome de um credo compartilhado. São os trabalhadores de base que se aproximam, impulsionados por necessidades prementes da vida cotidiana. Na agenda, não mais apenas as declarações de irmandade na luta, mas uma agenda prática de ações imediatas e efetivamente comuns.

Tudo se passa como se o internacionalismo, esse ideal tão antigo, estivesse abandonando o terreno abstrato das meras profissões de fé e, sem preocupar-se em se autodenominar ou em se reconhecer como tal, estivesse assumindo uma existência prática. Pois ora se trata, num caso, de discutir o planejamento empresarial do Grupo Volks, como bem o afirma a Comissão de Empresa Europeia da Volkswagen (por essa tarefa, e similares, é que o Comitê Europeu existe e age). Ou se trata, em outro caso, de discutir os acordos coletivos do Grupo Gerdau — e por isso os trabalhadores do Brasil, do Chile e do Canadá providenciam reuniões e traçam agendas de ação concreta.

Gramsci afirmou, certa vez⁷, que as organizações fazem-se duradouras quando correspondem a impulsos oriundos dos movimentos econômicos fundamentais. Nessa perspectiva teórica, essas nascentes articulações entre trabalhadores de base de diferentes nacionalidades, no interior das empresas multinacionais, se poderiam considerar como formas organizatórias profundamente enraizadas na sociedade atual. Elas nascem e vivem por conta do ambiente específico criado pela internacionalização da produção ou, para sermos mais genéricos, elas existem nos desdobramentos do processo da *mundialização do capital*.

Essa forma peculiar e nova de ultrapassagem da barreira dos Estados-nação merece outros comentários de natureza teórica.

DIFERENTES FORMAS DE INTERNACIONALISMO

Para fundamentar a tese de que essas formas organizatórias embrionárias (já consideradas, na argumentação acima, como expressões de uma tendência) corresponderiam a um fenômeno histórico novo, pode-se recorrer, em primeira instância, ao caminho da demonstração por exclusão. Bastaria partir-se da constatação de que as formas organizatórias relacionadas às manifestações tradicionais do internacionalismo dos trabalhadores são, por assim dizer, nacionalmente determinadas.

Nesse ponto o raciocínio teórico se defronta com um paradoxo. Como compreender que as manifestações de internacionalismo tenham contado, até aqui, com uma base nacional? A resposta pode ser encontrada no corpo da polêmica histórica que a questão sempre envolveu, desde a formulação da célebre consigna final do Manifesto Comunista. Efetivamente, os debates sobre o internacionalismo dos trabalhadores são tão antigos quanto a própria história do proletariado industrial. Mas o curso concreto das lutas de classes tradicionalmente se desenvolveu sobre o espaço dos Estados-nações. Este fato não raro submeteu o *internacionalismo proletário* a situações fortemente contraditórias e a dilemas

lógicos de difícil solução.

É certo que a resistência internacional dos trabalhadores europeus à Primeira Guerra, por exemplo, sobretudo nos seus últimos momentos, unificou na prática a ação de, digamos, milhões de trabalhadores em toda a Europa. Mas aquele teria sido um movimento de índole defensiva e não propriamente afirmativo de uma nova dinâmica mundial das lutas sociais. A luta anticapitalista travou-se, na sua concretude, nos terrenos dos Estados nacionais.

Importantes expoentes do pensamento marxista se deram conta dos paradoxos que envolviam a questão e, ao tentarem submetê-la a uma conceituação mais precisa, chegaram a conclusões que talvez frustrassem expectativas eventualmente imediatistas. Gramsci, por exemplo⁸, utilizou seu tradicional estilo conciso e brilhante para argumentar que o internacionalismo estava obrigado a avançar através de passos *nacionais* sucessivos, ponto de vista que encontrou respaldo muito forte em mais de uma corrente marxista. Ora: essa constatação continha o reconhecimento de que a história reduzia objetivamente o internacionalismo dos trabalhadores a uma perspectiva para o futuro.

As revoluções sociais, inclusive, entendidas como radicalização extrema das lutas no contexto tradicional, irromperam enquanto revoluções nacionais. A poderosa influência que sempre exerceram sobre o resto do mundo, tensionando-o no sentido da extrapolação e da generalização do processo da revolução, sempre se traduzia em impactos incidentes sobre espaços nacionais específicos, individualizados (por mais internacionalizante que fosse a ideologia e os chamamentos à ação). Tudo se passava como se o internacionalismo somente pudesse avançar enquanto *somatório* de lutas nacionais travadas sob o signo de diferentes Estados-nações.⁹

Ocorre que as transformações econômicas mundiais do pós-guerra, mais precisamente nesse derradeiro quartel do século, trazem situações objetivamente novas. A internacionalização da produção, a tendência à uniformização da tecnologia industrial e das condições de vida dos trabalhadores industriais, a partir dos segmentos mais avançados (e internacionalizados) da indústria, tendem a se uniformizar. Mais ainda, o alvo contra o qual os trabalhadores de diferentes países opõem resistência aparece em inequívoca tendência à simplificação, em muitos casos sob um mesmo nome — a direção de uma mesma empresa, por exemplo. Nesse cenário em gestação, os trabalhadores de diferentes filiais de uma empresa multinacional tendem não apenas a viver de modo idêntico, mas também a enfrentar o mesmo patronato.

A distinção entre os contextos jurídicos, forçada pela especificidade de cada espaço nacional, tende a ser arrefecida com a padronização de práticas tais como as políticas públicas e os procedimentos gerenciais resultantes da ofensiva internacional do neoliberalismo.

É dentro desse quadro, caracterizado por movimentos econômicos estruturais e de longo alcance (a *mundialização do capital*, no dizer de Chesnais), que a iniciativa de trabalhadores de diversos países segue criando fatos inéditos, como os Comitês de Empresa construídos em redes multinacionais, unificados em torno de uma prática imediata comum. O fenômeno é novo, porquanto expressa uma ação internacionalista não mais plantada em espaços nacionais. O internacionalismo deixa, em perspectiva, de ser a mera resultante ou a soma de movimentos nacionais solidários entre si, para ser um movimento por sua própria natureza internacional.

Claro que são distintos os tempos históricos correspondentes ao avanço desses diversos aspectos da internacionalização. A padronização das técnicas e processos industriais é algo que se movimenta aceleradamente, as legislações originadas dos diversos Estados nacionais tendem a nivelar-se segundo um outro ritmo, certamente mais moderado, e, finalmente, a gestação de formas comuns de resistência dos trabalhadores, no sentido aqui analisado, acompanha esses processos básicos em um compasso radicalmente lento. A internacionalização da produção, que está na base de tudo, avança com sinais de maturidade, enquanto a internacionalização da resistência do trabalho, no sentido aqui analisado, emerge no nascedouro, *primordial e difusa*. Não obstante, trata-se de uma tendência historicamente nova.

CONCLUSÕES: UM NOVO OLHAR SOBRE UMA CÉLEBRE CONSIGNA

A consigna final do Manifesto Comunista, *proletários de todo o mundo uni-vos*, tem o dom especial de condensar em si mesma toda a carga transformadora e toda a expectativa aberta por aquele histórico documento quanto a uma futura sociedade comunista. Contudo, a onda de ceticismo que invadiu grande parte do pensamento socialista nesses anos recentes, de franco domínio da reação mundial, fez com que esse lema, antes a senha de todas as esperanças, a muitos parecesse envelhecido.

Num suposto mundo em via de desmaterialização, o trabalho sairia de foco e o proletariado assumiria uma face anacrônica, algo assim como um vestígio do passado. No entanto, é bem possível que, em se tratando dessas interpretações em voga, estejamos presenciando a desmaterialização de, apenas, antigas convicções, em círculos que se deixam impressionar pelo obscurantismo reinante no mundo.

As transformações tecnológicas em desenvolvimento, assim chamadas de *terceira revolução industrial*, longe de fazerem desaparecer o proletariado, abrem, pelo contrário, a perspectiva já antevista por Marx nos *Grundrisse* quanto à futura constituição do *operário social*. Bastante perspicaz é a análise de Antônio Negri¹⁰, quando visualiza a *fábrica mundial* em gestação, a identificação da fábrica com a própria *natureza modificada*. Marx, quando descrevia o *operário social* num mundo marcado pela forte presença da máquina, conseguia antecipar argumentos para a interpretação do mundo atual. Vejamos o próprio Marx:

Na medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação de riquezas depende cada vez menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho utilizado, e cada vez mais do poder dos agentes mecânicos que se põem em movimento durante o trabalho. [...] Com essa transformação nem o tempo de trabalho utilizado nem o trabalho imediato efetuado pelo homem aparecem já como o fundamento da produção da riqueza; agora o são a apropriação de sua força produtiva geral, seu conhecimento da natureza e sua faculdade de dominá-la, pois se constituiu em um corpo social; em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social representa o fundamento essencial da produção da riqueza.¹¹

Tratam-se de tendências, em desenvolvimento no interior da sociedade capitalista contemporânea. A perspectiva referida por Negri, contudo, incide sobre o presente e, em particular, sobre o movimento dos trabalhadores, de duas maneiras básicas: em primeiro lugar, estimulando as manifestações tendentes à quebra de todos os corporativismos, fomentando o desenvolvimento conjugado de movimentos de operários e não-operários, empregados e desempregados (ou excluídos), este vasto contingente humano sistematicamente explorado pela sociedade burguesa, antecipação ainda disforme do *operário social* antevisto por Marx.

Em segundo lugar, essa perspectiva afeta o presente ao nos levar a verificar que a antecipação mais estrita e concreta do *operário social* é o operário fabril que hoje aciona o movimento de partida nessa complexa engrenagem das forças produtivas. É o operário fabril em geral — e, especialmente, na vanguarda das mudanças em processo, o operário das grandes empresas multinacionais, — que se posiciona, por assim dizer, no âmago da vida presente. Sua ação política tende a se firmar, portanto, como eixo fundamental da ampla e necessária articulação maior entre os múltiplos protagonistas do mundo do trabalho.

O ponto crucial parece estar aqui: se, por um lado, o *operário social* se esboça no horizonte das transformações em curso, — é o operário atual, concreto, no seu lugar de trabalho, dentro das grandes corporações produtivas modernas, quem encarna o eixo central das transformações referidas. O campo dos trabalhadores se desdobra e se manifesta em amplas conexões que envolvem ou tendem a envolver a grande maioria da humanidade; mas o centro das mutações preserva-se nas grandes indústrias.

Ora: os fatos mostram que, precisamente nesse espaço, onde hoje estão os operários industriais das grandes empresas multinacionais, desenvolve-se um movimento nascente de articulação internacional de novo tipo. Se, por um lado, é verdade que a internacionalização das oposições anticapitalistas projeta-se sobre as grandes majorias de uma humanidade

dispersa, por outro lado, é no movimento internacionalista das fábricas que parece estar nascendo sua sustentação basilar.

Portanto, assistimos, nesse final de século, ao nascimento ainda difuso de grandes mudanças no cenário das lutas de classes. Entre tais mudanças em curso destaca-se essa incipiente porém fundamental novidade: as formas embrionárias de um internacionalismo efetivo, prático, enraizado nos movimentos básicos da mundialização do capital.

Partindo-se do raciocínio aqui exposto, caberia um novo olhar à consiga final do Manifesto. Impõe-se concluir, então, que o célebre chamamento à união dos proletários de todo o mundo é hoje mais compreensível, num sentido concreto e prático, do que há cento e cinquenta anos atrás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A TERCEIRA INTERNACIONAL COMUNISTA. *Teses e Resoluções do Terceiro Congresso*.

São Paulo: Brasil Debates, 1989. BOLETÍN INFORMATIVO DEL COMITÉ INTERCENTROS DE VOLKSWAGEN AG. *La Cogestión en Volkswagen*. Wolfsburg, abril de 1993.

BRUNHOFF, Suzanne de. *A hora do mercado: crítica do liberalismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

CHESNAIS, François. "A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século". Em: *Economia e Sociedade* — Revista do Instituto de Economia da UNICAMP, nº. 05, dezembro de 1995, pp. 01-30.

CONSEJO MUNDIAL DE LA FITIM (Federación Internacional de Trabajadores de las Industrias Metalúrgicas). *Volkswagen: Bajo el Signo dei Cambio*. Wolfsburg, Alemania, 28-30 de abril de 1993

GRAMSCI, António. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978. *Internacionalismo e política nacional*, pp. 229-230.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo: AJfa-Omega, [19-]. v. 1, p. 13-47.

NEGRI, Toni. *Fin de siglo*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1992. PRIMEIRO ENCONTRO INTERNACIONAL DE TRABALHADORES DO GRUPO GERDAU.

Charqueadas, 22 e 23/04/98. Mimeogr. [s.n.t.].

REVISTA INTERAÇÃO— publicação do TIE (Transnationals Information Exchange), nº. 21, março de 1997,

REVISTA INTERAÇÃO— publicação do TIE (Transnationals Information Exchange), nº..22, julho de 1997.

REVISTA INTERAÇÃO— publicação do TIE (Transnationals Information Exchange), nº.,23, dezembro de 1997.

REVISTA INTERAÇÃO — publicação do TIE (Transnationals Information Exchange), nº..24, maio de 1998.

RIAZANOy D. Marx-Engels. Madrid: Alberto Corazon Editor, 1975.

SACHS, Eric ("Ernesto Martins"). O Manifesto Comunista, ponto de partida. In: *Marxismo e Luta de Classes*. Salvador: Editora Praxis, 1987, p.26-42.

SADER, Emir (Org.) — *Pós-neoliberalismo— as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. *Seminário Brasil, Alemanha, EUA sobre formação sindical em Trabalho em Grupo, Reestruturação Produtiva e Gerenciamento pela Qualidade*. São Bernardo, São Paulo, 1996, mimeogr.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC.Seminário Brasil-Alemanha — *Intercâmbio dos Trabalhadores na Mercedes Benz*. São Bernardo, São Paulo, [199-], mimeogr.

Notas

1. *CONSEJO MUNDIAL DE LA FITIM (Federación Internacional de Trabajadores de las Industrias Metalúrgicas)*. Volkswagen: *Bajo el Signo dei Cambio*. Wolfsburg, Alemania. 28-30 de abril de 1993. p.45-49.
2. *Ibid.* p.50
3. *INTERAÇÃO* - publicação do TIE - *As águas começam a rolar n" 21, março de 1997, p. 6-8.*
4. *INTERAÇÃO* - publicação do TIE - *Por uma outra Europa, n". 23, dezembro de 1997, p.26.*
5. *PRIMEIRO ENCONTRO INTERNACIONAL DE TRABALHADORES DO GRUPO GERDAU. Avaliação. Charqueadas, 22 e 23/04/98. Mimeo [s.n.t.].*
6. *INTERAÇÃO* - publicação do TIE - *Suco de laranja: um gosto amargo, n°. 24, maio de 1998, p. 4-5.*
7. *GRAMSCI, Obras Escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, p. 160-161.*
8. *GRAMSCI, Obras Escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, p. 229.*
9. *CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo, Xamã, 1995*
10. *NEGRI, Toni. Fin de siglo. Barcelona: Ediciones Paidós, 1992.*
11. *MARXapud NEGRI, Toni. Fin de siglo. Barcelona: Ediciones Paidós, 1992, p.79.*